

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ATUAÇÃO DO NAPNE

Amanda de Almeida Soares; Karla Percilia da Silva Fortes

Instituto Federal do Espírito Santo- Ifes, amanda.soares@ifes.edu.br

Instituto Federal do Espírito Santo- Ifes, karla.fortes@ifes.edu.br

Introdução

Rosita Édler Carvalho, ao retomar o texto da Declaração de Salamanca (1994) ressalta que esta compreende a Escola Inclusiva como uma proposta de mudança de estrutura e visão de ensino, de forma a ser vista como processo contínuo, dialético e complexo que “diz respeito a qualquer aluno que, por direito de cidadania, deve frequentar escolas de boa qualidade, onde aprenda a aprender, a fazer, a ser e onde participe ativamente”(CARVALHO, 2005 p.1) o que não se aplica somente aos alunos com deficiência, ainda que os cite de forma específica em outros trechos.

Seguindo a mesma base construída pela Declaração de Salamanca, o Decreto nº 6.571/2008, define o termo igualdade, para fins de compreensão do seu uso entendimento na legislação da Educação Inclusiva brasileira.

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante desse cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino e aprendizagem devem levar em conta as diferenças. (BRASIL, 2008, p.13)

Percebe-se a necessária mudança de paradigmas educacionais como forma de inclusão do aluno com deficiência, pois de acordo com Palorin (2006), a escola inclusiva tem por objetivo,

[...] uma educação de qualidade para todos, respeitando todas as diferenças, evitando todo e qualquer mecanismo de exclusão, preconceito ou rótulo. O aluno com necessidades especiais não é visto mais a partir de suas limitações e sim sob o prisma de suas potencialidades, competências e capacidades como forma de desenvolver-se plenamente como cidadão. (PALORIN, 2006 *apud* MARTINS; BURIN, 2014 p.47).

Para responder esta proposta inclusiva, a princípio no cenário educativo brasileiro, somente os níveis básicos de ensino foram mobilizados e preparados, porém com o crescimento das matrículas, do público-alvo da educação especial, no ensino regular e avanço destes alunos, também os níveis técnico e superior passaram a organizarem-se para receber e atender este público. Em âmbito federal, o ensino técnico ofertado pelos Institutos Federais de Educação Tecnológica, organizou-se para que as adaptações educacionais e arquitetônicas pudessem ser analisadas e concretizadas por meio dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que segundo Martins e Burin (2014) correspondem aos núcleos de acessibilidade previstos no Decreto nº 7.611/2011, sendo que suas atividades estão estendidas para além do atendimento aos discentes com deficiência, pois também atuam no Ensino, com formações para os servidores internos, com a pesquisa e a extensão.

A preocupação com a realidade da inclusão em nossos Campi nos instigou a realizar esta pesquisa, que está em andamento, de forma que por meio das ações do NAPNE pudéssemos contribuir e intervir, de forma a ampliar as possibilidades de efetiva inclusão de cada

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Metodologia

As informações foram obtidas por meio de teste sociométrico, que considerando duas dimensões a afetiva e a lúdica, buscou perceber a inclusão social dos alunos com deficiência em suas respectivas classes. De forma coletiva foram apresentadas as pesquisadoras, explicando a cada turma, em que estão matriculados alunos com deficiência no Campus, que se tratava de uma pesquisa e que suas identidades seriam preservadas. Logo após, foi pedido que cada aluno indicasse, em ficha individual, três colegas de classe que gostaria de convidar para um grupo de estudos e três que convidaria para um passeio, podendo repetir-se os nomes ou não.

Os dados obtidos foram organizados em matrizes sociométricas, técnica que permite observar e constatar os vínculos sociais e preferências pessoais. Como citado por Ana Leal,

O Teste Sociométrico ajuda-nos a avaliar o grau de integração dum criança/jovem no grupo; a descobrir a maneira como ela está a tentar integrar-se; a ver se a sua experiência social se está a realizar dum modo salutar ou não e, com base nestes dados, melhorar a nossa intervenção pedagógica. (NORTHWAY; WELD, 1999 *apud* LEAL, 2015 p.7)

No Ifes Campus Ibatiba, estão matriculados dois alunos com deficiência no curso técnico integrado em Meio Ambiente, sendo um aluno com síndrome de Down, no primeiro ano e outro com mielomeningocele, no segundo ano, ambos com laudos médicos comprobatórios.

A pesquisa foi realizada também no Ifes Campus Itapina que apresenta características diferenciadas dos demais campi por ser uma escola agrícola. Neste ano letivo estão matriculados vinte e sete alunos que se declararam pessoas com deficiência ou com alguma necessidade específica de aprendizagem, todos com laudos médicos comprobatórios. Grande parte dos alunos está no ensino médio.

No primeiro ano do curso de agropecuária integrado ao ensino médio atendemos um aluno com Deficiência visual, uma aluna com deficiência múltipla (Def. Intelectual e Def. Auditiva) e um aluno com deficiência auditiva moderada; ainda uma aluna com deficiência auditiva severa no ensino médio integrado ao curso técnico de zootecnia. No segundo ano do curso técnico de agropecuária integrado ao ensino médio estão dois alunos com deficiência intelectual; e ainda dois alunos autistas (Asperger); um aluno com a síndrome de Irlen e dislexia. No curso técnico subsequente em agropecuária estão dois alunos com deficiência física e outro aluno com deficiência intelectual. Ainda atendemos alunos no ensino superior, nos seguintes cursos: Agronomia com dois alunos com deficiência física e auditiva profunda; um aluno com deficiência física, um aluno no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (noturno) com Deficiência física; no curso de Pedagogia um aluno no curso com Deficiência Visual (baixa visão); e um com Deficiência Visual (Cegueira).

Nesta pesquisa, foram entrevistadas seis turmas, sendo três no Ensino Médio e três no Ensino Superior, devido ao grande número de alunos atendidos.

Resultados e discussão

Para que pudessemos chegar ao resultado, cada resposta individual foi lida e contabilizadas as vezes em que os alunos. Dentre as oito turmas pesquisadas, nenhum dos alunos com deficiência foi citado por mais de uma pessoa,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tendo ainda um deles que não foi citado. Ainda foi percebido que apenas um deles foi citado e pelo mesmo colega, como sendo opção tanto para estudos, quanto para passeio. Os demais apenas foram lembrados para momentos de estudos.

Segundo Carvalho (2005), a inclusão de forma marginal, ou seja, uma inclusão sem integração social, ocorre quando a presença da pessoa com deficiência traduz-se em apenas uma justaposição no espaço escolar. Esta falta de integração social se reflete em nossas salas de aula, pois sendo o aluno com deficiência citado apenas uma vez em classes que em média têm 30 alunos, nos faz concluir que este não é considerado um parceiro em potencial, nem para estudos, nem para lazer.

Sasaki (2010), faz uma diferenciação entre os termos integração “[...] inserção da pessoa com deficiência para conviver na sociedade” e a inclusão “[...] modificação da sociedade como pré-requisito para qualquer pessoa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 2010 *apud* MARTINS; BURIN, 2014 p.51). Tendo em vista estes conceitos, maior ainda se torna a distância de nossos alunos com relação à inclusão social.

O desenvolvimento humano, segundo Vygotsky e Leontiev, em Aranha (2013 p.25), “é um processo contínuo de aquisições quantitativas e transformações qualitativas que se dão no sujeito psicológico, a partir de suas experiências no contexto das relações sociais”. Complementando, temos na psicanálise, por meio dos estudos de Pichon-Rivière (1982) a noção de *vínculo* “uma estrutura complexa que inclui um sujeito e um objeto e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem” (IDEM *apud* MORAES, 2013 p.21), e a relaciona com o processo de ensino-aprendizagem escolar quando aprendemos/conhecemos o outro e nos relacionamos com os conteúdos escolares, enquanto objeto, podendo ser estas relações positivas ou negativas.

Considerando-se estas informações, vemos que a falta de vínculos sociais destes alunos com deficiência, no espaço de sala de aula, pode interferir em seu desenvolvimento psicológico e em suas relações com o processo de aprendizagem dos conteúdos.

Ficam em nossa reflexão, as palavras de Carvalho (2005 p.5)

A grande questão parece ser: como planejar e desenvolver práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, de modo a atender a todos e a cada um, valorizando o trabalho na diversidade, entendida como um recurso e não como obstáculo? O que nos falta para desenvolver práticas pedagógicas com direção inclusiva?

Conclusões (para iniciar a concluir...)

O sucesso da proposta de educação inclusiva, segundo Cenci e Koff (2013), se dá pela articulação entre a gestão educacional, gestão escolar e gestão do pedagógico. Esta articulação, em nível de Instituto Federal, os Campi do Ifes já se organizam, atendendo ao Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011).

O principal objetivo dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), segundo o Manual de Orientação da Ação – TECNEP, citado por Martins e Burin (2014 p.50) é “criar na instituição a cultura da ‘educação para a convivência’, aceitação da diversidade e, principalmente, pela busca de quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais”.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Os dois Napne envolvidos na pesquisa (Campus Ibatiba e Itapína), são composto por profissionais de diferentes áreas, sendo servidores do próprio quadro efetivo de cada Instituto, o que facilita uma visão multidisciplinar das situações e necessidades de adaptação para atendimento dos alunos.

Os Institutos já se preocupam com a acessibilidade arquitetônica, a adaptação curricular, a recepção e apoio das famílias de alunos com deficiência e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, por meio de seus pedagogos e professores. Também estão sendo supridas as necessidades de contratação de profissionais de apoio para o AEE, transcritores de Braille e tradutores intérpretes de Libras.

Porém, parece ainda não ser suficiente para que estes alunos se integrem em suas classes com seus colegas de turma, o que nos faz repensar nossas ações e buscar novas formas de intervenção para que também a dimensão social seja foco de nossos planejamentos, enquanto Napne.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. A interação social e o desenvolvimento humano. **Temas em psicologia**. v.1 n.3 Ribeirão Preto dez. 1993 Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300004

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: do que estamos falando? Revista do Centro de Educação: **Cadernos**, n.26, 2005. Disponível em:

CENCI, Adriane. KOFF, Lucia Bernadete Fleig. A organização da gestão e da inclusão: sistema educacional, escola e sala de aula. **CAMINE**: Cam. Educ. Franca: SP, 2013. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/download/789/812>

LEAL, Ana. Estudo de turma 7º 3ª. Agrupamento de Escolas da Portela e Moscavide. Escola E.B. 2,3 Gaspar Correia. Ano letivo 2014-2015. Núcleo de Estágio de Educação Física. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9529/2/Anexo%201%20-%20Estudo%20de%20Turma_7%C2%BA3%C2%AA.pdf

MARTINS, Lidiane Falcão; BURIN, Camila Koerich. **As contribuições do gestor escolar para implementação da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica**. In: Educação, inclusão e qualidade [recurso eletrônico] / Leandra Bôer Possa (organizadora). – Santa Maria, RS: UFSM, Centro de Educação, 2014. Disponível em:

MORAES, Zélia Lino de. **Contribuições de Pichon-Rivière e Bauman para a compreensão dos vínculos na escola contemporânea**. Monografia (Pedagogia). Universidade Estadual de Maringá, 2013 58p. Disponível em: